



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2020

O **Município de Gravatá**, Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Cleto Campelo, nº 268, Centro – Gravatá-PE, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.049.830/0001-20**, através da **Secretaria de Segurança e Defesa Civil**, neste ato representada pelo Secretário de Segurança e Defesa Civil, Sr. José Ramos da Cunha Pedrosa, Brasileiro, Divorciado, Portador da Cédula de Identidade nº 909.952 SSP/PE e do CPF/MF sob o nº 127.907.454-04, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, nº 502, Nossa Senhora das Graças, Gravatá-PE, nos termos do que dispõem as Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico CPL/PMG nº 013/2020 – Processo Licitatório nº 033/2020**, resolve **REGISTRAR O PREÇO** ofertado pela empresa vencedora do certame, **PG SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA**, CNPJ Nº 02.420.443/0001-67, localizada na Rua Vereador Arthur Manoel Mariano, nº 555, CEP 88.106-500, Forquilha, São José-SC, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. Matheus Kammer, brasileiro, portador do **RG: 5.485.544 - SSP/SC** e inscrito no CPF/MF sob o nº 100.854.899-56, residente e domiciliado na Rua Frederico Afonso, nº 5486, CEP 88.104-000, Centro, São José-SC, declarando desde já que o ratifica e se compromete a mantê-lo durante a vigência desta ATA, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

Esta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem como objeto a **Contratação de empresa para aquisição de barra sinalizadora linear em LED com sirene, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência.**

1.1. Ressalte-se que a motivação para a formalização de uma **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** com o objeto em epígrafe encontra fundamento no **Decreto Federal nº 9.488/2018** e **Decreto Municipal nº 016/2018**, uma vez que se trata de fornecimento com contratações frequentes e previsão de entregas parceladas, com remuneração estipulada em unidades de medida.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos itens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

Secretaria de Segurança e Defesa Civil
Rua Tenente Cleto Campelo, nº 268, Centro, Gravatá-PE
E-mail: defesasocial@prefeituragravata.pe.gov.br



2. DOS PREÇOS

2.1. O Fornecedor se compromete a fornecer o(s) itens(s) de acordo com o preço registrado, conforme planilha:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Barra sinalizadora, cristal, arco ou similar, em LED, com sirene, cobertura de emergência em qualquer ângulo, base aerodinâmica para redução de ruído do vento, robustez, cúpula com selo triplo para uma vida longa, baixo perfil, aparência discreta, equipado com 18 módulos, cada um com 12 LEDs de 1W de alto brilho em tecnologia SMD, piscando alternados nas cores azul e rubi, dispostos de modo a garantir 360° de visibilidade. Kit de strobo na grade frontal do veículo, composto por 4 blocos, composto por 3 LEDs de 1W cada, nas cores azul e rubi; sirene de 100W, 4 tons microprocessados com megafone de alto ganho.	9	UNID	R\$ 3.488,88	R\$ 31.399,92
VALOR TOTAL					R\$ 31.399,92

2.2. O preço a ser praticado está devidamente registrado neste instrumento e é considerado completo, ou seja, abrange todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte, ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o objeto.

2.3. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrito nesta Ata de Registro de Preços, ofertado no **Pregão Eletrônico CPL/PMG nº 013/2020**, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de preços que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

Secretaria de Segurança e Defesa Civil
Rua Tenente Cleto Campelo, nº 268, Centro, Gravata-PE
E-mail: defesasocial@prefeituragravata.pe.gov.br



- 2.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução do preço ao valor praticado pelo mercado.
- 2.5. Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 2.6. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o Fornecedor não puder, comprovadamente, cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador pode:
 - 2.6.1. Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
 - 2.6.2. Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 2.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou dos itens correspondentes do referido fornecedor, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 2.8. Não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços.
- 2.9. Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual **CONTRATANTE**.
- 2.10. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
- 2.11. O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme prevê o inciso III do artigo 1º da Lei Estadual (PE) nº 12.525/2003, aplicado ao caso por analogia em face da omissão de previsão na legislação municipal.

Secretaria de Segurança e Defesa Civil
Rua Tenente Cleto Campelo, nº 268, Centro, Gravatá-PE
E-mail: defesasocial@prefeituragravata.pe.gov.br

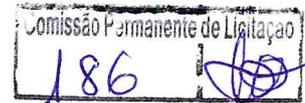


3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1. É participante deste registro de preços a Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil.
- 3.2. A(s) empresa(s) detentora(s) da Ata de Registro de Preços oriunda do certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade do objeto licitado, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no **Decreto Federal nº 9.488/2018**.
- 4.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.
- 4.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade do preço registrado.
- 4.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.



- 4.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

5. DA(S) CONVOCAÇÃO(ÕES) PARA A(S) ASSINATURA(S) DO(S) CONTRATO(S)

- 5.1. A Detentora da Ata terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação, para assinar o Contrato ou entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, nos termos das contratações levadas a efeito.
- 5.2. A recusa injustificada da empresa detentora da Ata em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item anterior, acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração, além do cancelamento do registro do fornecedor, em consonância com o disposto no edital que deu origem a esta Ata.
- 5.3. A contratação será precedida da inscrição do licitante no Registro Cadastral do Município e da emissão de Nota de Empenho, sendo convocado o adjudicatário para assinatura do termo de contrato.
- 5.4. No ato da contratação, se for o caso, a empresa detentora da Ata deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

- 6.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de **12 (doze) meses** contados a partir de sua assinatura, período no qual a detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e o preço registrado durante este período.
- 6.2. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/1993, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, e subseqüentes alterações, e no Edital; no entanto, tratando-se de fornecimento com execução imediata e integral, poderá ser aplicado, a critério da Administração, o que determina o §4º do artigo 62 da Lei de Licitação.

Secretaria de Segurança e Defesa Civil
Rua Tenente Cleto Campelo, nº 268, Centro, Gravatá-PE
E-mail: defesasocial@prefeituragravata.pe.gov.br



- 6.3. Em sendo formalizado o contrato, tendo em vista o disposto no item anterior, ele terá vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, da Lei nº 8.666/1993.
- 6.4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 6.5. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a assinatura do contrato ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observados a ampla defesa e o contraditório.

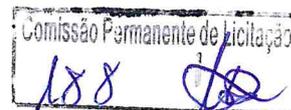
7. DA VALIDADE DOS PRODUTOS REGISTRADOS

- 7.1. O objeto fornecido deverá atender os requisitos de garantias exigidas pelos órgãos de fiscalização oficiais.
- 7.2. Estando os produtos com a validade comprometida, a detentora da Ata deverá fornecer novos produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias sem quaisquer custos adicionais.
- 7.3. Para fins de recebimento de todos os produtos licitados, os mesmos deverão estar em total correspondência com as especificações previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 013/2020 – Processo Licitatório CPL/PMG nº 033/2020**.

8. DA ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO

- 8.1. O material deverá ser entregue no seguinte endereço do órgão gerenciador: de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h, na sede da Guarda Municipal de Gravatá, com endereço no Parque Monsenhor Paulo Cremildo Batista de Oliveira, localizado na Rua Joaquim Souto, s/n, Nossa Senhora das Graças, Gravatá-PE, ou em outro local indicado na Ordem de Compra.
- 8.2. O transporte do material até a sede da Guarda Municipal de Gravatá será realizado pela empresa contratada e os custos respectivos serão de sua inteira responsabilidade.
- 8.3. Os equipamentos devem ser entregues completos, instalados e prontos para entrar em operação imediata.

Secretaria de Segurança e Defesa Civil
Rua Tenente Cleto Campelo, nº 268, Centro, Gravatá-PE
E-mail: defesasocial@prefeituragravata.pe.gov.br



9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência da Ata, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo órgão **CONTRATANTE** e, também, pela Secretaria demandante, devendo a detentora da Ata fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

9.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias.

9.3. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão **CONTRATANTE** que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas.

9.4. A detentora da Ata deverá manter preposto, aceito pela Secretaria Demandante, estabelecido e registrado na assinatura da Ata, durante o período de sua vigência, para representá-la sempre que for necessário.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1 Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

10.1.1 A Secretaria demandante, órgão gestor da Ata de Registro de Preços, deverá:

10.1.1.1 Assinar a Ata de Registro de Preços;

10.1.1.2 Providenciar a publicação inicial do extrato da Ata de Registro de Preços;

10.1.1.3 Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;

10.1.1.4 Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preços;

10.1.1.5 Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens do objeto da Ata de Registro de Preços;

10.1.1.6 Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preços;

Secretaria de Segurança e Defesa Civil
Rua Tenente Cleto Campelo, nº 268, Centro, Gravatá-PE
E-mail: defesasocial@prefeituragravata.pe.gov.br



10.1.1.7 Acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

10.1.1.8 Autorizar adesões à Ata de Registro de Preços;

10.1.1.9 Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor máximo da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

10.1.1.10 Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos Fornecedores registrados para atendimento das necessidades do órgão ou entidade requerente;

10.1.1.11 Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

10.1.1.12 Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

10.1.1.13 Observar os limites estabelecidos para os Órgãos participantes e não participantes.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS CONTRATANTES

11.1. Responsabilizar-se, após o devido processo licitatório, lavrar o CONTRATO com base nas disposições da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

11.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

11.3. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição.

11.4. Zelar para que, durante a vigência do CONTRATO, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

11.5. Serão consideradas, para efeito de pagamento, as compras efetivamente realizadas pela CONTRATADA e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA

12.1. Constituem obrigações da detentora da ATA:

Secretaria de Segurança e Defesa Civil
Rua Tenente Cleto Campelo, nº 268, Centro, Gravata-PE
E-mail: defesasocial@prefeituragravata.pe.gov.br





12.1.1. A qualidade dos produtos deverá ser rigorosamente aquela descrita no TR e, por conseguinte, no CONTRATO e Nota de empenho, não sendo aceito, em nenhuma hipótese, outro diverso daqueles;

12.1.2. O preço cotado inclui todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza;

12.1.3. O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no Art. 65, da Lei 8.666/1993;

12.1.4. Durante a vigência do CONTRATO, a CONTRATADA deverá atender prontamente às requisições e especificações do TR, a partir da solicitação através de ordem de compra/requisição do setor solicitante;

12.1.5. Responsabilizar-se pela saúde dos seus funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;

12.1.6. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70, do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE;

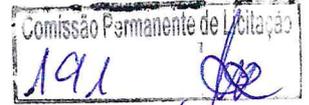
12.1.7. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas leis trabalhistas, sociais e previdenciárias;

12.1.8. Providenciar afastamento imediato, das dependências da sede da CONTRATANTE, de qualquer empregado cuja permanência seja por ela considerada inconveniente;

12.1.9. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente CONTRATO e manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos;

12.1.10. Apresentar, no caso de pessoa jurídica, a cada pagamento, quando houver fornecimento de mão de obra, a quitação para com a Seguridade Social (CND) e FGTS;

Secretaria de Segurança e Defesa Civil
Rua Tenente Cleto Campelo, nº 268, Centro, Gravata-PE
E-mail: defesasocial@prefeituragravata.pe.gov.br

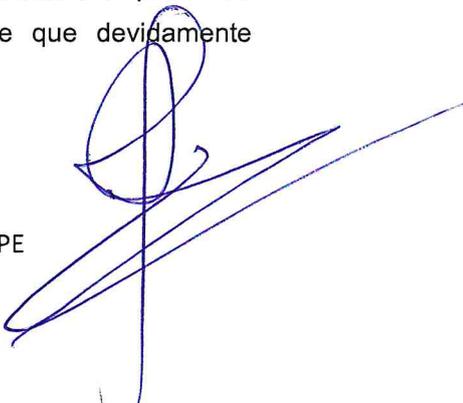


- 12.1.11. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas;
- 12.1.12. Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente CONTRATO e dos serviços a ele inerentes;
- 12.1.13. Realizar os serviços com pessoal, seus empregados, devidamente capacitados e registrados segundo as normas da Lei ou terceiros devidamente contratados e habilitados pela CONTRATADA;
- 12.1.14. Cumprir os serviços conforme disposições do CONTRATO a ser firmado;
- 12.1.15. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente CONTRATO;
- 12.1.16. Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela CONTRATANTE;
- 12.1.17. O descumprimento injustificado do prazo fixado no item 12.1.2 acarretará em multa pecuniária diária, nos termos do Edital e CONTRATO a ser firmado, ficando a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas na Lei 8.666/1993.

13. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 13.1. Os pagamentos devidos serão conforme requisição e entrega dos produtos.
- 13.2. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto e quantidade discriminada e acompanhada da requisição dos mesmos.
- 13.3. O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.
- 13.4. A CONTRATANTE se obriga a efetuar o pagamento nas condições estabelecidas;
- 13.5. O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal, em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos produtos;
- 13.6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;


Secretaria de Segurança e Defesa Civil
Rua Tenente Cleto Campelo, nº 268, Centro, Gravata-PE
E-mail: defesasocial@prefeituragravata.pe.gov.br





13.7. No caso de aplicação de alguma multa, o pagamento ficará sobrestado até a integral quitação da mesma. A CONTRATANTE poderá, se assim entender, descontar o valor de multas por ventura aplicadas, em quaisquer pagamentos que realizar à CONTRATADA.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 14.1.6. Não mantiver a proposta.

14.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 14.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos à CONTRATANTE;
- 14.2.2. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 14.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 14.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o Município com o consequente descredenciamento no cadastro de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.



14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

14.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores do município.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, logística (carregamento e descarregamento do material), comissões, pessoal, embalagem, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem;

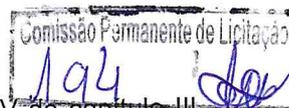
15.2. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital do **Pregão Eletrônico CPL/PMG nº 013/2020** e nos termos da legislação pertinente;

15.3. O Fornecedor fica obrigado a manter, durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

16. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Este Registro de Preços poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da **CONTRATADA**, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência

Secretaria de Segurança e Defesa Civil
Rua Tenente Cleto Campelo, nº 268, Centro, Gravata-PE
E-mail: defesasocial@prefeituragravata.pe.gov.br



durante a execução do fornecimento, conforme preceitua a Seção V do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.1.1 Não se aplicará o cancelamento por motivo de recuperação judicial, de que trata o item anterior, caso a empresa detentora da ata já tenha tido o plano de recuperação homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações assumidas.

17. DA SUCESSÃO

17.1. Este Registro de Preços obriga as partes **CONTRATANTES** e os seus sucessores, que, na falta delas, assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1. Esta Ata de Registro de Preços terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Gravatá/PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Gravatá, 19 de agosto de 2020.

JOSÉ RAMOS DA CUNHA PEDROSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL

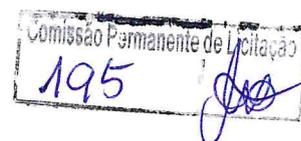
MATHEUS
KAMMER:10085489
956

Assinado de forma digital por
MATHEUS KAMMER:10085489956
Dados: 2020.08.18 08:24:56 -03'00'

PG SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
MATHEUS KAMMER

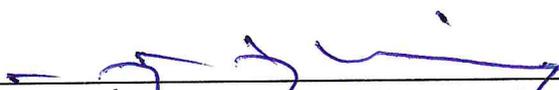
Secretaria de Segurança e Defesa Civil

Rua Tenente Cleto Campelo, nº 268, Centro, Gravatá-PE
E-mail: defesasocial@prefeituragravata.pe.gov.br

**TESTEMUNHAS:**

1 - _____ 2 - _____
Nome: Nome:
CPF nº. CPF nº.

VISTO DO JURIDICO:



JOSÉ DAVID GIL RODRIGUES FILHO
PROCURADOR GERAL

ATA 018/2020